

Imprensa Nacional
Biblioteca Machado de Assis



B0028599

F
388.1
G124



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MARCONDES GADELHA
Deputado Federal

PUBLICIDADE
E
TRANSAMAZÔNICA

Discurso proferido na sessão
de 7 de maio de 1971

F 328.32
G124p

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
Brasília — 1971



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MARCONDES GADELHA

Deputado Federal

PUBLICIDADE
E
TRANSAMAZÔNICA

Discurso proferido na sessão
de 7 de maio de 1971

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
Brasília — 1971

B0028599

F
328.32
2124 p

O SR. MARCONDES GADELHA: (Como Líder)

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Cidadão do século XX, assaltado por uma plethora de subprodutos do humanismo e da técnica, que ameaçam constantemente o Homem de marginalização e de esvaziamento do seu conteúdo existencial de opção e de escolha, aprendi do meu tempo um medo indistinto e uma desconfiança indiscriminada em tôdas as entidades unidirecionais de evolução incoercível — desde um prosáico elevador automático, até o aplomb e o aparato mais sofisticado dos governos sem contestação.

A experiência tem demonstrado que substituindo a auto-determinação das pessoas por um arbítrio próprio supra-real, sob pretexto de maior eficiência, êstes mecanismos ou sistemas têm se revelados falhos, seja por simplesmente não atingirem os fins colimados, seja por conduzirem, não raro a catástrofes irreparáveis, visto não se poderem frear ou mudar de curso.

Todos êles guardam, porém, a mesma retilínea certeza, a mesma convicção de ferro, a mesma auto-suficiência que dispensa opiniões e rejeita participação, que não admite possibilidade de erro, ungidos que foram, *a priori*, com os flúidos de alguma sabedoria beatífica e impregnados que foram de futurologia profética.

Todos êles assombram, ainda, pela robustez das suas engrenagens e a susceptibilidade dos seus comandos, que obrigam o homem comum a uma prudente distância do painel de instrumentos, pelo risco a que sempre se está sujeito, de tocar inadvertidamente com o cotovelo, no botão que não devia. . .

Em troca dêste recato e desta abstenção de atividades especulativas, oferecem um certo aconchêgo, o conforto, a rapidez e a inexorabilidade do seu curso, para chegar, não importa a que andar, ou a que estágio da civilização — porque às vêzes a velocidade é tão vertiginosa que dissipa possíveis pruridos liberais e anula a lei da gravidade, e chega nos convencer que estamos subindo, quando em verdade estamos descendo.

Neste ponto, cria-se uma situação absurda que resume tôda a fragilidade humana: incapaz de conter a engrenagem que êle

próprio criou e em cujo bôjo circunscreve a sua vontade, o indivíduo acaba solidarizando-se com ela, que estranhamente o conduz, conformado e fagueiro para lugares que absolutamente nunca desejou, como se viajasse dentro de um conto de Kafka.

É oportuno pensar nestes fatos agora, Sr. Presidente, que estão sendo lançadas em tôdas as partes do mundo, as bases da sociedade do futuro.

Estamos vivendo uma etapa crítica na evolução da espécie humana, tão importante que há de ser ponto e referência macro-histórica; estamos, Srs. Deputados, no fim da transição da revolução industrial para a revolução cibernética — e isto é um fato tão extraordinário quanto a descoberta da roda ou a introdução da imprensa, e há de criar um nôvo tipo de agrupamento social, quem sabe “a aldeia total” de Mc Luhan, uma nova estética, quem sabe outra Idade Média, segundo Karl Barth, e uma nova moral, quem sabe um retôrno à pureza, segundo Toynbee. O fato é que um nôvo mundo começou e qualquer êrro de diretriz, que se cometa neste momento, talvez não possa mais ser reparado por processos até aqui conhecidos.

Por isto, a maioria dos países está quantificando as suas disponibilidades, examinando os seus indicadores econômicos, apurando os seus processos políticos, através da discussão honesta, do diálogo sério e aberto, do debate livre, para aplainar o chão das gerações futuras.

O modelo brasileiro, ao contrário, unidirecional, indiscutível, está tendo uma elaboração esotérica e os seus parâmetros, manipulados secretamente pelos alquimistas do govêrno, só chegam ao nosso conhecimento para serem aprovados, já devidamente acondicionados nas embalagens herméticas dos Decretos-leis, com os rótulos vistosos de projetos de impacto. Não se discute nada, não se consulta ninguém, não se verificam alternativas. Menos mal, Sr. Presidente; nunca, em tempo algum, um govêrno teve tanta fôrça neste País para impôr a sua vontade, fazer cumprir as suas determinações e ser obedecido sem objeções. Menos mal, porque desta forma êle assume sôzinho a responsabilidade pelos destinos dêste povo perante a História.

Eu falei destino do povo Sr. Presidente, não falei destino da Nação — porque não vale, eu não aceito e repudio, porque é fascista a atitude política de quem coloca o Estado-Nação, seu crescimento, sua grandeza e seu poder no centro da vida e da História, situando êstes elementos acima do indivíduo, dos seus direitos e da sua própria essência humana.

O Sr. Siqueira Campos — V. Exa. disse há momentos que, em tôdas as partes do mundo, estavam sendo lançadas as bases

de uma nova sociedade. Concordo em número e grau com V. Exa. No caso brasileiro, acredito que podemos também constatar esta verdade. Creio que V. Exa. tenha conhecimento de que foi feita uma Revolução no País — e, como é sua tradição — sem derramamento de sangue. Sabe V. Exa. muito bem que estamos em pleno processo reevolucionário, porque o partido que V. Exa. representa foi chamado, inclusive, para formar a estrutura político-jurídica que está nascendo, que se está concretizando, que estabelecerá em definitivo a nova sociedade brasileira. Ora, acho, nobre Deputado, uma incoerência do MDB a todo instante, a todo o momento, vir a esta tribuna dizer que o Govêrno tem a responsabilidade de sôzinho formar essa estrutura ou a responsabilidade das decisões. Não sou líder da ARENA, sou apenas um seu humilde representante por Goiás. Quero crer, porém, que a ARENA, que constitui a Maioria nesta Casa e no Congresso Nacional, participa com S. Exa., o Sr. Presidente da República e com tôda sua equipe de Govêrno, da responsabilidade pelas decisões tomadas, quer tragam êxitos ou fracassos. Muito obrigado.

O SR. MARCONDES GADELHA — Nobre Deputado, o aparte de V. Exa. abrilhanta naturalmente o meu discurso. Gos-taria, entretanto, de esclarecer que concordo estar havendo realmente um fato nôvo neste País. A Revolução é natural e intrinsecamente um fato nôvo, que modifica literalmente o rumo em que o País vinha sendo conduzido. Isso, porém, não invalida minha afirmação, na referência que eu fiz a outros países, que estão preparando as bases da sociedade do futuro. Deixei, então, bem claro que essas bases estão sendo preparadas através do diálogo, da discussão aberta, convocando-se tôdas as frações e parcelas da população. A presença da Oposição, fazendo corpo com a ARENA e dando estrutura legal a êste regime, resulta tão-sômente de que seus membros...

O Sr. Siqueira Campos — Participam dêsse diálogo.

O SR. MARCONDES GADELHA — Não, nobre Deputado, resulta de que seus membros, pelo fato de viverem em uma situação consolidada, a qual não podem mudar, nem por isso se acham com o direito de, como veremos, cruzar os braços, porque em tôdas as partes do mundo a liberdade nunca foi conseguida de joelhos.

O Sr. Siqueira Campos — Sem dúvida, concordo com V. Exa.

O SR. MARCONDES GADELHA — A Oposição não abdica da prerrogativa de lutar constantemente pelo retôrno do

País ao estado integral de direito. Adiante V. Exa. ouvirá a nossa posição.

O Sr. *Siqueira Campos* — Se me permite, quero acrescentar aqui, mais uma vez, que estou de pleno acôrdo com V. Exa. É através do diálogo que se constroem as grandes obras, e, através da luta, que se consegue a liberdade. Volto ao assunto: está realmente a Oposição participando com ampla liberdade, repito, do processo revolucionário brasileiro, cujo objetivo, como é desejo do Sr. Presidente da República e de todos os integrantes do atual Govêrno, de todos os homens que compõem a bancada da ARENA nesta Casa, é alcançar pleno estado de direito. Assim, V. Exa. há de convir em que, quando ainda vemos o nordestino lutando, brigando e morrendo pelo pão; quando vemos a Amazônia não ter ainda sequer um habitante por quilômetro quadrado; quando vemos ainda perdurar o subdesenvolvimento econômico; quando ainda lutamos por êsse direito que ninguém nega, nem tira — não sei por que tanto se luta — de falar, de expender opiniões; quando o MDB luta nesta Casa, e talvez em tôda a parte, em tôda tribuna que tenha, pelo restabelecimento da plenitude democrática, como se ela não houvesse, e na realidade há, porque se fala o que se quer; quando, por outro lado, o MDB não se preocupa em nada com a maior de tôdas liberdades, a econômica, para que o povo brasileiro tenha condições de enriquecer e poder enfrentar o perigo externo, aquêle que oferecem as nações ricas, porque o rico sempre influencia o pobre, nobre Deputado, V. Exa. há de convir que é preocupação maior do Govêrno do Presidente Médici e da ARENA, que é o partido majoritário e, portanto, do povo brasileiro, no momento, resolver o nosso grave problema econômico, para que se mudem as estruturas de maneira que possam ensejar muito mais do que aquilo que V. Exa. está pedindo, que é a ampla liberdade de dizer, a ampla liberdade de ser ouvido, substanciada pelo atendimento. Obrigado a V. Exa.

O Sr. *Stélio Maroja* — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MARCONDES GADELHA — Seja bem-vindo, nobre Deputado Stélio Maroja.

O Sr. *Stélio Maroja* — Desejo manifestar a V. Exa. o meu aplauso pelo seu ponto de vista, ao afirmar que o programa de desenvolvimento do Nordeste deve realmente ser feito em têrmos democráticos, com a participação de todos os partidos políticos, dos representantes das classes produtoras, dos governos dos Estados e das representações dos Municípios. Devo salientar a V. Exa. que, sendo paraense, e tendo, já pela segunda oportunidade, merecido a confiança do povo de meu Estado, para vir representá-lo

aqui no Congresso Nacional, sou descendente de nordestino e me honro dessa ascendência.

O SR. MARCONDES GADELHA — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. *Stélio Maroja* — Aliás, meu pai era da Paraíba, e, por isso, tanto quanto o desenvolvimento do Norte, desejo apaixonadamente o desenvolvimento do Nordeste, porque acredito que o Brasil pode tornar realidade aquela afirmativa do Presidente Médici, em sua Mensagem, segundo a qual, através do grande plano nacional de desenvolvimento econômico e social, podemos transformar o Brasil em grande potência. Essa meta somente poderá ser alcançada se realmente conseguirmos a superação das barreiras do subdesenvolvimento, tanto do Norte como do Nordeste e de outras áreas dêste País. Devo dizer a V. Exa. que, no trabalho que apresentei nesta Câmara, na sessão ordinária do dia 30 do corrente, acentuei precisamente isso:

“Com a visão clara e otimista que me honro de ter do futuro da Amazônia, derivada dos contactos frequentes e prolongados que, como professor universitário e político, venho há anos mantendo com os problemas regionais, tomo a iniciativa de sugerir ao Exmo. Sr. Ministro do Interior que, para assegurar o caráter objetivo e dinâmico do plano de desenvolvimento regional, determine que a elaboração do mesmo seja promovida através de grande congresso a ser realizado em Belém do Pará, com a participação dos representantes do Govêrno Federal, dos governos dos Estados e Territórios nortistas, das associações de municípios, das Fôrças Armadas, das classes produtoras e universidades regionais, dos estabelecimentos bancários oficiais, dos partidos políticos, fixando-se, desde logo, metas básicas para o plano.”

E termino justamente dizendo que se fôr aceita...

O SR. PRESIDENTE (*Heitor Cavalcanti*) — Peço ao nobre colega seja breve no seu aparte.

O Sr. *Stélio Maroja* — ... uma sugestão desta ordem e organizado um plano de desenvolvimento integral da Amazônia — e acredito que a mesma coisa é válida para o Nordeste ...

O SR. MARCONDES GADELHA — É muito do meu agrado receber o aparte de V. Exa., mas preciso continuar meu discurso.

O Sr. Stélio Maroja — ... poderemos — aliás o Presidente o faz — sugerir um plano somente para os exercícios de 1972 a 1974. Penso que uma das modificações que deveremos sugerir é a realização de planos quinquenais, porque um plano a curto prazo trará impulso muito limitado. Se organizarmos um plano de desenvolvimento integral da Amazônia, transformaremos a região, de área-problema em área-suporte do País. Esta afirmativa é exclusivamente minha. Em 1966, o Dr. Arthur Reis, em conferência realizada perante o Instituto Nacional de Engenharia, propôs igualmente a realização de um plano de desenvolvimento integral da Amazônia. Em relação ao Nordeste, um programa de desenvolvimento bem elaborado transformará aquela área-problema numa das áreas mais desenvolvidas, de vanguarda no País.

O SR. MARCONDES GADELHA — Muito obrigado.

O Estado unidirecional brasileiro está montado sobre o tripé clássico em que repousam todos os regimes de força, caracterizado — 1º pela força intrínseca do governo, apoiado numa legislação de exceção; 2º pela inocuidade virtual do Parlamento, pela insuficiência numérica da Oposição, restringida a um lamento de patriotismo e de amor, descartado da realidade sensível; 3º pelo aplastamento da opinião pública, em face da imprensa amordaçada e da propaganda insidiosa e extensiva do governo.

De todos estes componentes, o mais inquietante é, sem dúvida a propaganda, porque pode absolver os outros e até promover a aceitação espontânea da sua continuidade no tempo, pela confecção de uma consciência nacional dirigida, apropriada para isto; porque tendo atingido níveis técnicos elevadíssimos, é capaz de embotar completamente o senso crítico do povo e induzi-lo a reagir dentro de padrões emocionais previamente elaborados e porque pode neutralizar a sua capacidade valorativa e fazê-lo aceitar pré-racionalmente as situações mais absurdas e acreditar cega e arraigadamente que aquela é de fato a sua verdade, e não uma outra imposta.

Não se minimize a influência do apelo publicitário sobre a atitude mental das massas — conheço a história de tribos que viraram hordas, conheço a história de povos que se tornaram turbas, conheço a história de multidões que encheram as ruas em fúria devoradora, ao sôpro só da mensagem oral — evidentemente não chegaremos a esse exagêro e nem se faz necessário tal, para manter imperturbável o rumo e o ritmo das coisas. O processo moderno é menos ruidoso e mais eficaz e visa fabricar opiniões, gradativa, porém, indelêvelmente; utiliza-se sobretudo da imagem e de estímulos outros áudio-visuais e a sua intenção é envolver por antecipação, sem criar resistências, colocando o indivíduo insensivelmente na postura psicológica adequada aos interesses do governo, antes

de êle começar a pensar, para que as teses se convertam logo em dogmas; é, por assim dizer, uma violação incruenta do pensamento, anterior à sua formulação pela introdução de símbolos, sugestões de afinidades sentimentais, forjando assim inclinações subconscientes de aceitação ou rejeição, que dirigem, distorcem, e solapam o potencial diacrítico do indivíduo, na hora mais íntima da sua liberdade — a hora de pensar.

Não me refiro, evidentemente, aos símbolos fáceis, de apreensão ainda em nível consciente, como por exemplo a imagem do presidente apaixonado por futebol ou do ministro que joga voleibol, artificios até certo ponto singelos dos *image makers*, de alcance muito limitado no tempo e de resto, usados largamente por todos os governantes em todas as épocas, desde o califa Harum Al-Raschid até o Presidente Kennedy.

Refiro-me àquela propaganda sub-liminar, iterativa, dessensibilizante, verdadeira lavagem cerebral, verdadeira *bouirage de crâne* em moldes totalitários, que deixa os brasileiros mentalmente lixados, como matrizes virgens para implantação de mensagens capciosas, que na verdade são sugestões veladas ao cidadão para abdicar do seu direito de escolha, de opção, da sua liberdade em favor da eficiência do Estado.

A possibilidade de sucesso do governo decorre de dois pontos: a unilateralidade do processo, pois não é factível à Oposição a contra-ofensiva publicitária e 2º da profundidade de seus apelos, talvez mais válidos em termos publicitários que os da Liberdade, para o homem moderno cada vez mais acuado e pusilânime — os apelos do governo se dirigem no mais requintado estilo behaviorista para pontos fundamentais de condicionamento do animal humano: a sua segurança e o seu estômago; elementos ligados ao instinto ancestral da conservação da espécie.

Assim é que, diante da necessidade da revogação do Ato Institucional nº 5, de restauração do *habeas corpus*, de devolução das eleições diretas, o governo oferece o aumento do produto interno bruto, a casa própria e o plano de integração social.

Em outras palavras, Senhores Deputados, o governo brasileiro está convencendo o povo a ser o lóbo de La Fontaine: sem liberdade, porém gordo.

E o povo está se acostumando, e aceitando, porque assiste fascinado à girândola dos símbolos: o *rush* do mercado de capitais; a bolsa de valores do Rio atingindo cifras nunca vistas, aumento bruto das exportações e das reservas cambiais etc. e imagina que tudo isso significa mais pão na sua mesa e mais vinho no seu copo e pensa que está perdendo tempo de ganhar dinheiro, cada vez que se preocupa com o Ato 5 e que a controvérsia sobre o A.I. 5

é tão imprecisa e vaga como o sexo dos anjos — até porque, lá no íntimo ele sente que mesmo a sua revogação não dissipa o clima de tensão e de medo, porque se sabe que de uma hora para outra o governo pode, a seu bel-prazer, decretar um Ato 6, um Ato 7, um Ato 8, um Ato enésimo.

Creio porém, que não seria difícil desmistificar a pregação falaciosa do governo, se nos fôsse dado igualmente o direito de estenter o nosso inconformismo até o povo. O ilustre Deputado Freitas Nobre fez há dias um brilhante pronunciamento onde mostrou a crescente desnacionalização da economia brasileira, com mais de 80% das nossas empresas já em mãos de estrangeiros e a poupança nacional, os magros mil réis amealhados servindo para enriquecer mais ainda esses grupos internacionais, em detrimento de cinquenta milhões de párias que vegetam com renda anual inferior a duzentos dólares, haurindo a ilusão do Brasil Grande.

Se nós pudéssemos reduzir o seu conteúdo a frase simples e entregá-las ao povo; se nós pudéssemos sloganizar aquele discurso e outros mais, da mesma forma que o governo vem fazendo com suas metas, talvez pudéssemos convencer o povo de que aquele pão na sua mesa não é seu, é de Matheus; que a casa onde ele mora, bem assim é do cupim; que pode não ser seu o chão que pisa, e ser alheio o seu caminho ou ser diverso da intenção e que enfim, o seu futuro pode ser tão apátrida e ignoto quanto o ar que respira, o seixo que rola e o tempo que consome e esquece na areia, seus passos de curto querer.

Desta forma, o pássaro na mão não o faria perder de vista os outros dois que estão voando: a liberdade individual e o direito de reger seus próprios destinos; desta forma, ele compreenderia que ainda não se inventou nada melhor que a Democracia com eleições diretas e uma Constituição escorreita, sem o aleijão de Atos Institucionais.

Essas considerações se fazem necessárias, Senhor Presidente, antes da abordagem de mais um projeto de impacto, o Decreto-lei nº 1.106, de 16-6-70, talvez o maior e o mais engenhoso projeto político já imaginado nesta terra de Santa Cruz: o Plano de Integração Nacional, ou, na sua acepção mais simples, como é popularmente conhecido, a Rodovia Transamazônica.

O Sr. *Lisâneas Maciel* — V. Exa. está fazendo uma análise serena do que poderíamos chamar filosofia do Governo. Temos verificado aqui, nobre Deputado, um fato curioso: é que, sob certos aspectos, os ilustres parlamentares que compõem a numerosa bancada governista, no início desta Legislatura, fizeram diversos apelos aos Deputados do MDB, no sentido de um bom comportamento parlamentar, para, segundo se alegava, elevar os padrões e a pró-

pria segurança e continuidade do Congresso Nacional. Posteriormente, quando as análises se tornaram mais percucientes e os fatos, alguns deles — as palavras às vezes ferem — se tornaram escandalosos, como no episódio da ponte Rio-Niterói, já se insinua — e os jornais de hoje noticiam — que há certa preocupação nos círculos oficiais e semi-oficiais pelos destemperos e desbordamentos no procedimento da Bancada do MDB. Ora, somos da Oposição, oposição sem jactância, sem fanfarronadas, mas que veio aqui exercer a sua função. Esse povo que fez uma opção por esta diminuta bancada do MDB, o fez corajosamente, porque as pressões — que V. Exa. muito bem conhece — em todos os Estados brasileiros, sejam elas oficiais ou semi-oficiais, foram de tal porte que pouca gente teve oportunidade maior e mais livre de escolher os seus parlamentares. Mas o que impressiona nessa preocupação e nesse convite que se está fazendo à Oposição para um bom comportamento parlamentar, é saber-se o que quer com isso essa Maioria que alega que o povo deu resposta cabal, que o povo respondeu presente à convocação do General Médici, esmagando o MDB e sufragando de maneira irretorquível os parlamentares da ARENA. Seria lícito argumentar agora, serealmente esse povo fez concepção livre e democrática. Não será oportuno, agora, deixar que as eleições sejam livres e diretas? Ou será melhor aguardar, como aguardamos em 1970, as notícias informando “hoje vai sair o Governador do Paraná; amanhã o da Guanabara; depois de amanhã o de Pernambuco”, através de nomeações feitas nas antecâmeras oficiais? Se se tem certeza de que o povo brasileiro está formado, integrado, dentro da filosofia do Governo atual, por que não se abrir as comportas democráticas do País, a fim de que esse povo se manifeste até mesmo na escolha do primeiro mandatário? De maneira que, Sr. Deputado, em consequência da filosofia do Governo, marginalizados estão os estudantes, marginalizados estão os trabalhadores. Lança-se um projeto-impacto que, eventualmente, beneficia essas duas categorias. Mas elas não opinam, não sugerem, não dizem coisa alguma a respeito. V. Exa. acabou de citar o PIS e vai analisá-lo com mais percuciência do que eu daqui a pouco. O próprio Ministro do Planejamento — pasmem Srs. Deputados — indagado sobre o benefício real que esse plano iria trazer aos trabalhadores, respondeu que somente cálculos atuariais poderiam aquilatar esse valor. Uma coisa, sim, é certa: o PIS beneficia a classe empresarial, através da dação do capital de giro. Srs. Deputados é contra essa filosofia de Governo que nos batemos. Não somos contra o Governo simplesmente por academicismo. Somos contra a filosofia governamental que marginalizou a classe trabalhadora. Os sindicatos estão fechados; não se escolhem líderes, dirigentes sindicais, hoje, sem passarem eles pelo critério, já abolido, mas utilizado nas entrelinhas, do atestado de

ideologia. Os líderes sindicais não têm autenticidade; ressurgiu o peleguismo com toda a sua força. É contra essa filosofia do Governo que o MDB se opõe. O comportamento parlamentar, às vezes, atinge uma certa área política e de segurança, visando a evitar o assalto consentido a nossa riqueza, como denunciou o Deputado Freitas Nobre, com o silêncio deprimente de toda esta Casa. Salientou S. Exa., com efeito, que de 600 empresas nacionais, 510 já estavam sob o domínio estrangeiro e que nossas reservas minerais também se achavam sob controle alienígena, numa sequência trágica, altamente lesiva aos interesses da Nação. Há poucos dias, discursava um representante da ARENA, o nobre Deputado Délson Scarano e fiz a S. Exa. uma observação: dos onze delegados do governo norte-americano à Conferência do Café, dez eram donos de empresas que falavam em nome daquele governo. Portanto, nobre Deputado, o meu aparte é simplesmente no sentido de denunciar essa filosofia do Governo. Não nos interessa essa discussão acadêmica sobre ser contrário ou favorável do regime militar e ao regime de força que aí está; o que nos interessa é que essa filosofia do Governo tem feito com que o País baixe cada vez mais a cabeça, se não for por esse mal político, por um mal econômico que infelicitava a Nação brasileira.

O SR. MARCONDES GADELHA — Nobre Deputado Lissaneas Maciel, V. Exa. é um dos mais jovens e inteligentes parlamentares desta Casa. Sua presença neste debate muito me alegra e, naturalmente, melhora o teor do meu discurso.

O Sr. Teotônio Neto — Nobre Deputado, não poderia deixar de, neste aparte, homenagear a inteligência, a maneira de dizer de V. Exa. Podemos mensurar a capacidade intelectual na oportunidade em que cada um procura impressionar esta Casa, evidenciando, através da inteligência a ofuscação daquilo que se vem realizando no Brasil, das bases que estão sendo implantadas para a constituição de uma nova vida, para a organicidade de uma nova sociedade. Somente uma inteligência moça e fulgurante como a de V. Exa. poderia tentar fazê-lo.

O SR. MARCONDES GADELHA — É muita generosidade de V. Exa.

O Sr. Teotônio Neto — Mas não poderia concordar com o brilho dessa inteligência sem fazer reparos à primeira parte de sua oração, àquela em que V. Exa. nega a liberdade. O próprio discurso de V. Exa., o próprio aparte do nobre Deputado que há pouco falou, são um atestado clarividente à Nação e a esta Casa de que há liberdade no dizer, há liberdade no sentir, há liberdade no afirmar. As últimas eleições também o provaram perante a

Nação. Condena-se um Presidente da República porque vai a um campo de futebol. Condena-se um Ministro de Estado, porque joga tênis. Condena-se a Nação porque a Bolsa cresce; enfim, nobre Deputado, o que se tem a fazer, o que precisamos neste País é arrancar da classe média o maior percentual para jogar na classe dirigente e ir buscar na base da pirâmide social o maior percentual para jogar na classe média. O que se deve fazer, pois, é redistribuir a renda nacional. O que é o Plano de Integração Nacional? É um sistema através do qual todos os operários brasileiros participam da renda do País, pela primeira vez nesta Nação. Por isto, nobre Deputado, conquanto homenageie a sua inteligência, não posso absolutamente concordar com este discurso encomendado, treinado, feito à custa de labor, de esforços e mais esforços, para V. Exa. poder cumprir o seu nobre dever de Oposição. Faça Oposição, nobre Deputado; mas faça justiça a quem quer ajudar o País a crescer, a quem quer lutar para que no amanhã os nossos filhos e os nossos netos honrem e digam ao futuro que nós também cumprimos com o nosso dever. Realmente, não poderia dizer aqui que há plenitude democrática. Não posso absolutamente dizer, isso, mas, de outro lado, não poderemos organizar a nova sociedade sem essa transitoriedade difícil por que passaram todos os povos. Teremos eleições livres em 1974 para Governadores e vamos bater-nos nas urnas, na Paraíba e fora dela, para que o povo possa escolher livremente seus dirigentes. (*Muito bem; muito bem. Palmas*). Quanto ao Governo da República, vamos deixar que continue com o privilégio da escolha soberana a fim de que, no amanhã, dotemos a Nação de uma nova sistemática de vida e existência, em que todos possamos viver felizes. Obrigado pela maneira como me ouviu e desculpe-me pelo longo aparte.

O SR. MARCONDES GADELHA — Muito obrigado também a V. Exa., nobre Deputado Teotônio Neto. O seu aparte, de qualquer forma, muito me honra.

Quanto às objeções que V. Exa. fez ao meu discurso, estive cuidadosamente, enquanto V. Exa. falava, verificando o texto e cheguei à conclusão de que não tinha dito nada daquilo que V. Exa. imaginou. A taquígrafia está aí para servir de prova. Se V. Exa. ler a publicação no *Diário do Congresso* observará que não condenei o Sr. Presidente da República por ele gostar de futebol. Acho até que esse é um comportamento singelo. V. Exa. torceu um pouco a minha afirmação, naturalmente em virtude do seu aqodamento de situacionista.

O Sr. Teófilo Neto — Não me referi diretamente a V. Exa. Falei simbolicamente sobre a Oposição, que neste momento V. Exa. encarna e representa.

O SR. MARCONDES GADELHA — Quanto ao fato de existir ou não liberdade, também não entrei numa exegese mais profunda. Lembraria aqui a V. Exa. as palavras do Ministro Aliomar Baleeiro: "Não é suficiente não ser; é preciso também não parecer." Solicito aos nobres colegas que deixem para o fim do meu discurso os outros apartes. Trata-se de uma peça inteiriça, e os apartes distorcem um pouco o raciocínio ou comprometem a sua unidade, pelo ritmo sincopado com que o estamos levando.

O Sr. Juarez Bernardes — É muito breve o meu aparte, nobre Deputado. Aplaudo a afirmação do Deputado Teotônio Neto, de que iremos ter eleições em 74. O MDB espera que as eleições se realizem, muito embora esse pensamento não seja o mesmo de Senadores como o Sr. Dinarte Mariz e outros elementos importantes do Governo, que têm dito que as eleições talvez sejam inoportunas. O MDB, em 74, se Deus quiser, fará o grande teste, mas não da maneira como decorreram as eleições passadas, em que o partido foi pressionado de todas as formas, de todos os modos. Que outros Deputados e outros Senadores da ARENA venham a essa tribuna dizer que realmente desejam, do fundo do coração, que as eleições de 74 sejam realizadas.

O SR. MARCONDES GADELHA — Muito obrigado a V. Exa.

Continuando, Sr. Presidente, dizia eu que era necessária essa análise prévia da propaganda.

Porque o Governo desenvolveu tamanha massa de publicidade em torno desse Projeto, que provocou um condicionamento psicológico da Nação e as pessoas hoje, simplesmente se eximem de pensar sobre o assunto, fascinados pela sua mística e evitam discutir a sua racionalidade, presas do encantamento odisséico da marcha incontida pelo verde-escuro da selva...

Tenho medo, Senhor Presidente, desta aceitação apriorística; tenho medo desta unanimidade de laboratório, sobretudo, quando me lembro de outros projetos, igualmente cercados de espetaculosidade e de grandeza faraônica como o Plano Nacional de Habitação, o Plano Nacional de Saúde e a Ponte Rio-Niterói, que resultaram afinal em estrondosos fracassos, levando ao povo a frustração e o gosto amargo da sua boa vontade fermentada.

Desprezando as regras econômicas de alocação prioritária dos recursos, que ele mesmo preconiza e que são inarredáveis num país subdesenvolvido, o governo agarra-se agora a essa estrada, com o ardor de um prefeito do interior, olhos fixos no efeito psico-social e no rendimento político que pode acarretar; pois seria capaz pela sua extraordinária força simbólica de anistiar o governo perante o

povo, de neutralizar eventuais insatisfações, de desculpá-lo dos outros erros, de capitalizar simpatias até mesmo das frações mais esclarecidas da população e de levar enfim, de roldão a opinião pública atrelada à esteira da Catterpillar.

Sob este aspecto, a Transamazônica parece ser uma Copa do Mundo sobre rodas, com as mesmas propriedades anestésicas e motivacionais da outra. Como a Copa do Mundo, extrai também o seu potencial aglutinante, não propriamente da sua verdade econômica, mas do elemento meramente simbólico e representativo; no caso os apêlos telúricos, a evocação épica das entradas e bandeiras e tom eminentemente romântico da empreitada.

Não é de admirar o frenesi heróico, que revolve antigas fantasias no homem médio, ao imaginar ou contemplar na televisão a aventura cinematográfica — Jequitibás enormes, caindo como torres, ao choque dos tratores; bulldozers roncando e arremetendo ferozmente contra orgulhos jacarandás; rios rebeldes de repente obrigados a passar por debaixo de pontes, fora outros perigos menores que a mata sonsa de vez em quando administra.

Tudo isto associado ao tempo exíguo para a execução da obra, cria uma aura de machismo em torno do governo, elemento simbólico que agrada muito ao espírito latino e que tem sido responsável pela proliferação do caudilhismo na América do Sul.

Antes de mais nada, preciso salientar que não sou contra a Transamazônica em si — ninguém pode ser contra uma estrada e isto já é um dos handcaps do governo; uma estrada é uma estrada e tem o seu valor intrínseco, estrutural e permanente, seja ela construída na Califórnia ou em Maranguape; o que eu afirmo e provarei data vênica é que ela é primordialmente um projeto político do governo, dentro do estilo e temática integralistas acima descritos, que não é prioritária, não teve planejamento e só secundariamente é um projeto econômico, por mais filigranas com que se queira adornar as suas margens, por mais aderços que se pendurem em seu pescoço, ou também por causa deles.

Esta opinião é corroborada e respaldada pela de vários técnicos e figuras da administração, ligadas direta ou indiretamente ao governo. Já o ano passado o Eng. Elizeu Rezende, Diretor do D.N.E.R., declarava: "A Transamazônica é uma decisão política do governo brasileiro. As regras clássicas da análise econômica não podem ser adotadas num projeto de tal vulto" ("O Estado de São Paulo" — 17-9-1970).

O ex-Ministro do Planejamento Roberto Campos, um dos criadores da atual política econômica do governo afirmava: "representa um retrocesso em técnica de planejamento. A decisão não foi precedida de estudos de viabilidade econômica" (Transamazônica — Editora Brasiliense, pág. 107).

O Governador João Agripino aduzia: "a Transamazônica não tem projeto. Além do paralelo 10 não tem sequer fotografia aérea até agora levantada, nem estudo de topografia" (Idem, pág. 56).

O Marechal Juarez Távora ponderava: "A Transamazônica não é prioritária sob ponto de vista regional e mesmo nacional, havendo outras rodovias mais importantes e urgentes a serem construídas. ("O Estado de São Paulo" — 22-11-1970). E o Eng. Monteiro de Castro, Diretor do D.E.R. — AM, completava, numa entrevista que foi depois curiosamente negada — "a única estrada realmente prioritária para o Amazonas é a Manaus — Pôrto Velho, que ainda não chegou à metade por falta de recursos".

Que a estrada não teve planejamento, isto é, não foi submetida a uma análise de custos e benefícios, atestam-no o fato de não constar entre as prioridades do Plano Viário de 1967, de ter colhido de surpresa os centros de decisão do Nordeste da Amazônia, pretensamente as partes interessadas, como as Agências regionais SUDAM e SUDENE (e curioso como não há publicações da SUDENE sobre o assunto) e os governos estaduais, e atesta, sobretudo, o Edital de Concorrência de 20 de julho de 1970 que pela sua precipitação, pela sofreguidão com que foi elaborado, saiu eivado de imperfeições técnicas, que segundo o Sr. Nunes Leal, "induziria o governo a cometer um erro que não precisava, qual seja dizer que construiria a estrada em um ano, ou então cometer um mal maior para justificar sua palavra: gastar dinheiro desnecessariamente".

O Sr. Nunes Leal é uma das pessoas mais categorizadas e insuspeitas em todo o País, para falar sobre este assunto — Deputado Federal de Rondônia pela ARENA, Coronel do Exército, Engenheiro de rodovias, com quinze anos de experiência na selva, ligado ao 5º BEC, um técnico, portanto, de alto gabarito. O seu laudo é terrível; um verdadeiro libelo contra o aqodamento do governo.

Este *expert* examinou, meticulosamente o edital de concorrência que estabelecia o preço de trezentos e trinta milhões de cruzeiros para construção dos primeiros 2.775 Km do Plano de Integração Nacional em 520 dias — tempo este que, na prática, se resume a 180 dias úteis, devido às fortes chuvas que caem na região nos meses de novembro a maio.

Utilizando a própria tabela de preços do D.N.E.R. e desprezando a influência das chuvas, o Sr. Nunes Leal chegou à conclusão que cada quilômetro custaria Cr\$ 265.586,79; levando em conta, apenas, a estrada em si; isto é, o desmatamento, destocamento, terraplenagem, compactação, revestimento e obras de arte corrente.

Multiplicando por 2.775, teremos o preço global de Cr\$ 653.318.250,00 — ou seja, duas vezes o que o edital estabelecia — isto sem computar os estudos de locação, assentamento dos bueiros, obras d'arte especiais, obras civis e administração. Conclui ainda o Sr. Nunes Leal que vários trechos nos termos em que foram propostos, são sumariamente inexecutáveis por falta de apoio logístico e que, afinal, se for possível terminar em três anos o que foi calculado para um e meio, já terá sido uma grande façanha. E encerrou, declarando perante o Ministro do Planejamento e da Coordenação Geral "não é que não dê, Sr. Ministro, é que não dá" (*Diários Oficiais* de 15-7-70 e 8-8-70).

Acrescente-se que, segundo o D.N.E.R., caso, em condições normais de trabalho, os trechos da estrada não estejam prontos no prazo previsto, cada uma das empreiteiras pagará por dia de atraso, 0,01% dos seus contratos. Todavia, se as condições do tempo ou algum outro imprevisto tornarem o trabalho moroso, nenhuma responsabilidade caberá às empreiteiras ("O Globo" — 1-9-1970).

A meditação sobre estes fatos, Sr. Presidente, traz imediatamente à lembrança a ponte Rio-Niterói, cuja conclusão, prevista para março deste ano, já foi adiada para 1973 e cujos gastos já passam do dôbro do que estava previsto na proposta vencedora, transformando-a num caso muito rumoroso.

O exame do problema da prioridade comporta o estudo das alternativas, isto é, o que seria feito com o dinheiro que vai ser imobilizado. O Governo aproveitou-se da surpresa e da aguda contrição que a seca do ano passado causou ao país, após 10 anos de Sudene, para quebrar o seu privatismo e desviar 30% do programa de incentivos fiscais, até 1974, para construção da estrada. Isto equivale a 2,4 bilhões de cruzeiros, quantia aproximadamente igual a tudo quanto até hoje se investiu no setor industrial, dentro daquele programa.

Pode ter sido movido pela melhor das intenções, ao instituir a Transamazônica como panacéia capaz de abolir o flagelo secular; nem por isso deixa de ter incorrido em abuso de poder, além de contrair uma responsabilidade histórica muito grave, arriscando-se a provocar a morte do sonho de industrialização do Nordeste, privando ou postergando *sine die* para todo um povo as benesses e o dinamismo da civilização industrial.

Situar a industrialização como divisor de águas entre a miséria e a abundância, entre o sub2-desenvolvimento e o desenvolvimento, entre o obscurantismo e o direito às conquistas da humanidade, é querer enfeitar o óbvio. Basta lembrar que, segundo o economista Rubens Costa, o Nordeste só consegue diminuir o fosso que o separa dos Estados do Sul, se o seu produto regional bruto crescer a uma taxa de 10% ou mais ao ano e que este desempenho

está condicionado a uma variável crítica, que é a produção industrial — nós só conseguiremos aquêlê desiderato se o setor industrial crescer num ritmo igual ou superior a 15% ao ano. Os projetos em andamento na Sudene, segundo aquêlê economista garantiriam esta performance se houvesse financiamento para tal.

O Sr. *Wilson Braga* — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MARCONDES GADELHA — Pois não, mas gostaria de ouvir antes o nobre Deputado Homero Santos, que já me havia solicitado um aparte, e eu o nequei.

O Sr. *Homero Santos* — Falarei logo após o nobre Deputado Wilson Braga.

O Sr. *Wilson Braga* — Nobre Deputado Marcondes Gadelha, ouço com atenção e o respeito que V. Exa. me merece o brilhante discurso que profere, embora dêle divirja em alguns aspectos. Os dados do economista Rubens Costa, citados por V. Exa., deveriam ser encarados sob outro sentido e outra filosofia. O economista Rubens Costa, evidentemente, fêz um diagnóstico e uma análise muito precisa dos problemas do Nordeste. Mas não foi essa a solução que indicou o economista Rubens Costa para encontrar o caminho certo, do desenvolvimento do Nordeste. O desenvolvimento do Nordeste precisa de dez ou quinze anos para alcançar o ritmo de desenvolvimento que o Sul atingiu. Por isto êle clamou os esforços da atividade privada, dos parlamentares e do Governo Federal para que, assim unidos, possamos alcançá-la. Não é criticando a Transamazônica, obra de fundamental importância para o Nordeste e para a Amazônia, que atingiremos êsse propósito. É uma obra de integração das duas regiões. Não é criticando o Plano de Integração Nacional, que promove o desenvolvimento de duas regiões subdesenvolvidas, não é criticando o Plano de Integração Social, que propicia a redistribuição de renda, não é deixando de elogiar o Plano de Assistência ao Trabalhador Rural — que o Governo lançou em todo o país, e ao qual V. Exa. não aludiu apesar de conhecer, como nós outros, a miséria que impera nos campos do Nordeste — não é agindo dessa maneira que defenderemos os interesses de nossa região.

O SR. MARCONDES GADELHA — Não adianta V. Exa. querer procurar outro sentido. O economista Rubens Costa não usou um adjetivo a mais, sua linguagem foi colocada exatamente nos lugares precisos e na hora certa. Tenho aqui, e V. Exa. me obriga a antecipar um pouco a conclusão dêsse raciocínio, as palavras do técnico Rubens Costa, que consubstanciam uma crítica velada, já que êle, como elemento do Governo, não pode criticar diretamente. Como V. Exa. sabe não há pronunciamento algum

da SUDENE a favor ou contra a Transamazônica. Essa omissão já é muito curiosa. O economista Rubens Costa concluiu o seu raciocínio da seguinte maneira:

“Sem incentivos fiscais não poderá haver desenvolvimento industrial do Nordeste e estará ameaçada a constituição do mercado comum no nosso País ea constituição é indispensável à unidade nacional.”

Ora, se a Transamazônica tira 30% dêsses incentivos fiscais necessários ao desenvolvimento industrial da minha região, então, há naturalmente uma crítica velada ao Plano de Integração Nacional.

O Sr. *Wilson Braga* — Não foi êste, ilustre Deputado Marcondes Gadelha, o aspecto que o economista Rubens Costa situou relativamente aos incentivos fiscais. Quis êle fazer, sim, crítica ou advertência a essa campanha de vários empresários no sentido de desacreditar o mecanismo dos incentivos fiscais, porque sabemos que aquela parte que fôra retirada dos incentivos fiscais do Nordeste para integralizar o capital da construção da Transamazônica voltará em benefícios através de um sistema de colonização que aquela rodovia irá implantar em tôda a área do Nordeste, principalmente na que começa desde a BR-330 até chegar ao Maranhão. Esperávamos que V. Exa., nobre Deputado Marcondes Gadelha, usasse inicialmente a tribuna para dizer que o Governo Federal está realmente promovendo o desenvolvimento nacional. V. Exa. conhece os dados estatísticos da Paraíba, que revelam ali existir 73 mil camponeses com idade superior a 60 anos, abandonados e vivendo de esmolas; que existem, nos campos da Paraíba, 62 mil homens inutilizados, também abandonados e vivendo de esmolas; que o Presidente Garrastazu Médici, através do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, vai fazer melhor distribuição da renda nacional, levando a todos a aposentadoria por velhice e por invalidez.

O SR. MARCONDES GADELHA — Isto, veremos. Continuando, Sr. Presidente...

O Sr. *Fernando Lyra* — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PRESIDENTE (*Heitor Cavalcanti*) — Levo ao conhecimento do nobre colega que o tempo do orador está findo. Só poderá V. Exa. apartear com a permissão do orador.

O SR. MARCONDES GADELHA — Sr. Presidente. V. Exa. há de convir comigo em que meu tempo fôz subtraído por inúmeros e repetidos apartes. Eu gostaria de concluir meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (*Heitor Cavalcante*) — Permito que V. Exa. continue seu discurso.

O SR. MARCONDES GADELHA — Terminado meu discurso, então, concederei todos os apartes que V. Exa. permitir.

Sabemos, por outro lado, depois de Walt W. Rostow, que uma das condições indispensáveis à decolagem desenvolvimentista de uma região é que a proporção de investimentos líquidos em relação a sua renda seja superior a 10%. Ora, Srs. Deputados, o Nordeste é pobre porque não tem poupança para investir e não tem poupança porque é pobre. Os incentivos fiscais foram a solução que o gênio brasileiro encontrou para romper este círculo vicioso da pobreza e corrigir os desequilíbrios regionais.

E este sistema comprovou a sua eficácia, elevando a participação do Nordeste na receita tributária da União de 5,1% em 1963 para 7% em 69, tornando-se o programa federal de mais rápido retorno dos recursos orçamentários, além de beneficiar os industriais do Sul, diretamente, pois 90% dos incentivos concedidos provêm do Sul e indiretamente pela abertura de um novo mercado para a venda de bens de capital. Quanto ao Nordeste, é fácil imaginar o que seria sem as seiscentas e cinquenta indústrias que ele criou.

Tanto mostrou a sua eficácia que foi logo aplicado em outros setores: SUDAM, SUDEPE, Reflorestamento e EMBRATUR, enfraquecendo bastante a posição da SUDENE, que em 1969, conseguiu arrecadar apenas 685 milhões de cruzeiros, ou seja, muito menos do que os 900 milhões gastos anualmente na conservação de Brasília.

Evidentemente, o chamado centro autônomo de expansão manufatureira do Nordeste, o grande sonho dos pioneiros da Sudene, ainda não existe; e é possível que não venha a existir tão cedo; estava emplumando; com dificuldade; ultimamente vinha perdendo mercado para as indústrias do Sul, até dentro de casa e declinando a sua participação no produto industrial brasileiro de 9,6% em 1950 para 6,8% em 1967, enquanto São Paulo aumentava de 48,1% em 1949 para 65% em 1969, esta participação; vale lembrar que só a arrecadação do IPI no R. G. Sul é superior à de todo Nordeste.

No entanto os técnicos estavam otimistas; considerando que só houve investimentos significativos a partir de 67, considerando que o prazo de maturação dos projetos industriais varia de 2 a 5 anos, calculava por exemplo o Dr. Paulo Lustosa, aplicando o modelo econométrico de Chenery, que o grande resultado dos projetos da SUDENE em termos de criação de rendas, seria colhido na década de 70. (Rev. Econômica do BNB nº 5 — jul.-set. 1970).

Portanto este período até 1975, seria fundamental para a consolidação do impulso ameaçado; quatro anos de atraso num programa industrial significava quarenta, pela obsolescência das idéias e dos projetos, pela evasão da capacidade gerencial e pelo desânimo geral que acarreta; o Nordeste tem fome de capitais; há um momento crítico em que o besouro voa ou cai; há uma quantidade enorme de projetos atulhando as gavetas por falta de recursos — precisamente nesta hora decisiva, o governo resolve ceifar 1/3 destes recursos e quase a totalidade das nossas esperanças, com a desculpa tosca de expandir a fronteira agrícola do Nordeste e promover a sua descompressão demográfica, através da Transamazônica.

Ora, Srs. Deputados, o deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste sempre foi um dos pontos cardeais do plano de ação da SUDENE; só que nunca se pensou em jogar nordestinos em disposição linear, analiticamente fraca do ponto de vista físico ou logístico, ao longo de quilômetros e quilômetros de latossolos infundados, sujeitos a todo tipo de adversidade ecológica e de doenças e distantes mais de 500 quilômetros dos centros de consumo. A palavra colonização, desde a sua raiz latina sempre guardou uma conotação gregária; a colonização precisa ser compacta, adensada, agrupada, para vingar. E o Maranhão que é meio Nordeste e meio Amazônia, e que também necessita ser ocupado, e que já possui uma certa infra-estrutura, reúne todos os requisitos para a criação de núcleos desse tipo, sem necessidade imediata de construção dessa estrada que ninguém sabe quanto custa nem quando acaba. Mas se a intenção é colocar nordestinos na Amazônia de qualquer maneira, então que se os alocassem em torno da Manaus-Pôrto Velho, da Belém-Brasília, da Brasília-Acre e se dessem condições de sobrevivência aos núcleos incipientes que lá já existem em condições precárias. A afirmativa do ministro da agricultura de que vai dotar a Transamazônica de postos de revenda de material agrícola, agências do Banco do Brasil, laboratórios de análises de terras, empórios da COBAL, instalações de água e luz, estações meteorológicas etc. parece um pouco de imitação dos americanos que quando vão à guerra levam até cobertor elétrico. Está querendo fazer na selva o que não se conseguiu fazer no Estado do Rio.

A descompressão demográfica e os empregos, melhor dizendo as ocupações que ela criaria, são mitos que não resistem a uma análise mesmo perfunctória. O Decreto-lei nº 67.557 de 12 de novembro de 1970, no seu art. 4º, prevê a fixação de 100.000 famílias nordestinas na Amazônia; temos uma certa dúvida de que se consiga isto e também da sua importância; Brasília, depois de 11 anos, tem ainda 600.000 habitantes, dos quais só 40% são nordestinos; neste meio tempo, a população do Nordeste pulou de 16

para 27 milhões de habitantes. De mais a mais, com a mesma quantidade de recursos que vai perder para a Transamazônica, o setor industrial do Nordeste, apesar de ser capital-intensivo, criou 138.000 empregos diretos e cerca de 500.000 indiretos. Leve-se em consideração a infinita diferenciação do emprego em nível tecnológico, com relação ao setor primário.

Encerraria esta parte, lembrando o economista Rubens Costa "sem os incentivos fiscais não poderá haver desenvolvimento industrial do Nordeste e estará ameaçada a constituição de vasto mercado comum em nosso país, condição indispensável à Unidade Nacional e ao progresso da Pátria". Sob este aspecto a estrada pode servir à desintegração nacional. Examinemos agora os argumentos mais relevantes do governo: a integração da Amazônia, a extração de minerais e a segurança nacional.

Integração da Amazônia — ninguém é contra a integração da Amazônia; ao contrário, todos a defendemos ardorosamente. Acreditamos, porém, que esta integração nunca será conseguida em termos emocionais. Só a racionalidade econômica pode garantir a solidez desta conquista e deste modo, não faz sentido integrar agora, com um projeto tão dispendioso, duas regiões economicamente vazias. O Nordeste participa com apenas 17% do Produto Nacional Bruto e a Amazônia com 4%. Ainda não têm o que comprar e o que vender entre si que justifique tamanha imobilização de capital. A integração tem que ser feita no sentido Norte-Sul; tem que ser feita a partir do polo industrial, econômico, cultural, político, científico e militar que é S. Paulo, a metade plena do país para a Amazônia, a metade vazia. Isto explica porque a Belém-Brasília frutificou; é que a Belém-Brasília é na realidade uma Belém-Santos.

Extração de minerais — em primeiro lugar nós sabemos que a estrada economicamente viável em projeto de mineração não é a rodovia e sim a ferrovia; depois, que os processos modernos de pesquisa mineral não mais se utilizam do bandeirantismo e sim dos levantamentos aerofotogramétricos e radargramétricos, dos raios infra-vermelhos, dos cintilômetros e até dos satélites com sensores remotos. Não estaria plenamente justificada a empreitada por este ângulo. Mas é certo que existem realmente minérios na região. Na serra dos Carajás, por onde passará a Transamazônica, está situada a maior jazida de minério de ferro da América do Sul, com reservas superiores a 12 bilhões de toneladas, equivalentes a 25 bilhões de dólares a preço de 1970. Desgraçadamente não será nosso. De acordo com a revista americana *Engineering and Mining Journal* de fevereiro de 1970, citada por José Ermírio de Moraes, ex-senador da República, a U. S. Steel Corporation já obteve concessão do governo para explorar este minério, neste caso, se a es-

trada veio para promover pesquisa e extração mineral, vai servir primeiro aos apetites de cartéis internacionais e completar a entrega do país, pois além desta companhia, já operam na região a Occidental Petroleum Products que explora a cassiterita de Rondônia e fora do eixo da Transamazônica a Bethlehem Steel, explorando o manganês do Amapá, além naturalmente de outras companhias que exploram outros ramos, como a Georgia Pacific Corporation que explora a madeira, a Brazil Land Cattle Packing que possui quase 3 milhões de hectares de terras e inúmeras outras. (*Revista do Clube Naval no Mar*, nº 193).

O argumento da Segurança Nacional muito válido, só terá consistência se o governo tomar primeiro providências contra estes abusos e se desapropriar ou fizer reverter ao patrimônio da União ou dos Estados os 20 milhões de hectares de terras brasileiras que de acordo com o relatório da CPI, presidida pelo ex-deputado, brigadeiro Haroldo Velloso, já se encontram em mãos de estrangeiros.

O Sr. Homero Santos — Desejo dizer a V. Exa. o seguinte. O Governo deste País não está brincando com o seu desenvolvimento. Muito pelo contrário. A preocupação do Sr. Presidente da República e de todos os seus Ministros com relação ao desenvolvimento brasileiro é coisa séria. Tanto que V. Exa. acaba de lembrar, em seu discurso, as imensas riquezas existentes na Amazônia. Se o Governo não fizesse a Transamazônica, se não procurasse cobrir aqueles imensos espaços vazios, como poderíamos, nobre Deputado, descobrir riquezas enormes que ali estão e que V. Exa., através de informações de jornais, anuncia que serão entregues a estrangeiros?

O SR. MARCONDES GADELHA — Essas informações também não são de brincadeira.

O Sr. Homero Santos — São informações de jornais.

O SR. MARCONDES GADELHA — Não são informações de jornais. São informações que constam dos *Diários Oficiais* e que foram confirmadas perante os Ministros, aqui nesta mesma Casa, e que não foram até hoje contestadas.

O Sr. Homero Santos — É preciso que V. Exa. verifique o que se passa realmente, o que o Governo está fazendo pelo desenvolvimento, pela grandeza deste País. Ninguém está brincando, como V. Exa. pretende. O Governo está sério, está cioso de suas responsabilidades.

O Sr. Lisâneas Maciel — Parece que há um grande equívoco, nobre Deputado, do apartante que me antecedeu. V. Exa..

nessa análise séria, muito séria que vem fazendo não disse que o Governo não descobriu essas riquezas. O que V. Exa. afirmou foi que o Governo as descobriu e entregou aos norte-americanos.

O SR. MARCONDES GADELHA — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (*Heitor Cavalcanti*) — O tempo de V. Exa. já foi ultrapassado em 17 minutos. Por este motivo, não poderá mais conceder apartes.

O SR. MARCONDES GADELHA — Sr. Presidente, Senhores Deputados, a estrada Transamazônica já começou, seria infantil esperar que qualquer advertência, por mais fundamentada que fôsse, provocasse um mínimo de hesitação nos seus empreendedores. O Estado unidirecional nunca dá voltas, nem altera facilmente o seu trajeto *one way*.

É certo que pelo menos o Estado e as empreiteiras se beneficiarão com lucros de natureza diversa, políticos uns e pecuniários outros. É possível que os grupos estrangeiros fiquem pelo menos agradecidos. A Nação assiste a tudo extasiada e manipulada pela propaganda.

Há, porém, um povo miserável, que não mais enxerga a luz no túnel e que pagará com o sacrifício do seu futuro por esta bravata do governo. Há um povo que por suas características econômicas e sociais, pela sua renda *per capita* ainda se encontra em pleno século XVI, (modificado pela eletricidade e o rádio de pilha) convivendo lado a lado com as sociedades de consumo; há um povo que por uma fatalidade geo-econômica só sabe da vida uma áspera lembrança; só sabe do amor um consôlo mútuo; só sabe da luta seu inútil cansaço; só sabe do tempo o olho do sol; mas que transformou tudo isto: a vida, o tempo, a luta, o amor numa longa, vasta, infinita esperança que agora começa também a estio-lar.

Hão de me perguntar e não há nada a fazer? eu poderia responder com Bandeira: talvez dançar um tango argentino...

Mas aprendi do meu tempo de sombras também uma clara lição — nunca deixou de haver madrugadas sob a copa das árvores, a intemperança dos homens e a providência de Deus. Por isto esta mensagem é mais de solidariedade do que de desalento. (*Muito bem: Palmas. O orador é cumprimentado.*)